

**Os desafios internos e externos para a expansão dos Institutos Federais (IFs)
enquanto política educacional: uma pesquisa de egressos.**

**The internal and external challenges for the expansion of Federal Institutes (FIs)
as an educational policy: a survey of graduates.**

Joel Junior Cavalcante¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os principais desafios da expansão e consolidação dos IFs (Institutos Federais de Ciência e Tecnologia), criados a partir da Lei n. 11.892/2008. O artigo terá como base os dados parciais de uma pesquisa de doutorado que trata a inserção social, acadêmica profissional dos estudantes do ensino médio integrado do IFPR. A partir do itinerário desses estudantes egressos, o objetivo é lançar um olhar sistematizado e prospectivo sobre os desafios dessa política na atualidade, quais sejam: o processo de *senaiização* (FRIGOTTO, 2021) da EPT (Educação profissional e tecnológica), a agenda ultraliberal de ataques às políticas sociais do governo atual, o processo de *uberização* do trabalho (ANTUNES, 2018) trazidos pela *indústria 4.0*. Filiamo-nos ao referencial teórico do materialismo histórico, dado que é impossível pensar as disputas acerca da educação profissional e tecnológica descoladas do processo de industrialização brasileiro, que sempre propalou uma educação dual (RAMOS, 2014). A pesquisa revelou, até o presente momento que, mesmo com as contradições imanentes da política dos IFs, a mesma tem um impacto significativo na vida de muitos jovens, que através de suas narrativas por meio de questionário, revelam as transformações em suas trajetórias pessoais e sociais.

Palavras-chave: Institutos Federais, Educação Profissional e Tecnológica, Políticas educacionais, Egressos.

Abstract

This article aims to reflect on the main challenges of the expansion and consolidation of the IFs (Federal Institutes of Science and Technology), created from Law no. 11,892 / 2008. The article will be based on the partial data of a doctoral research that deals with the social, academic and professional insertion of high school students integrated in the IFPR. Based on the itinerary of these alumni, the objective is to take a systematic and prospective look at the challenges of this policy today, namely: the process of *senaiization* (FRIGOTTO, 2021) of EPT (Professional and technological education), the ultraliberal agenda of attacks on the social policies of the current government, the process of *uberization* of work (ANTUNES, 2018) brought by industry 4.0. We join the theoretical framework of historical materialism, since it is impossible to think about the disputes about professional and technological education detached from the Brazilian industrialization process, which has always promoted a dual education (RAMOS, 2014). The research has revealed, to date, that even with the immanent contradictions of the IFs' policy, it has a significant impact on the lives of many young people, who through their narratives through a questionnaire, reveal the transformations in their personal and social trajectories.

Keywords: Federal Institutes, Professional and Technological Education, Educational Policies, Graduates.

¹ Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Fez estágio doutorado sanduíche como estudante convidado na Università Degli Studi di Perugia (UNIPG)-Umbria, Itália. É professor efetivo de Sociologia do Instituto Federal do Paraná (IFPR-campus Astorga).

Introdução

O presente artigo, como já brevemente apresentado, trata-se do resultado parcial de pesquisa de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEDU-UFMS). A pesquisa tem como tema a inserção social, acadêmica e profissional de estudantes egressos do ensino médio integrado do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O objetivo da mesma é avaliar em que medida os IFs cumprem sua missão institucional enquanto política pública educacional, qual seja: a de preparar cidadãos para o mundo social do trabalho, para o exercício da cidadania, já que essa política se proclama como um rompimento ao histórico quase que linear da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) no Brasil, que consiste na subsunção aos ditames produtivos e à concepção tecnicista que ordenou esse setor educacional. Nas palavras de Pacheco, um dos idealizadores do projeto (2011, p. 7): “recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento...a serviço da reprodução capitalista”. Nessa linha, emenda:

Desde 2003, início do governo Lula, o governo federal tem implementado, na área educacional, políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento. (p. 6)

Apesar do tom contestação, que reivindica uma ruptura histórica ante à subserviência da EPT à lógica capitalista brasileira, obviamente, consideramos as contradições, ambivalências e limites dessa política, característica intrínseca a toda política pública. Imperioso, portanto, atentar que essas são emanadas do Estado e fruto das tensões, disputas, da correlação de forças presentes e luta de classes presente na sociedade brasileira, segundo Shiroma *et. al* (2007, p.9): “...as políticas educacionais, mesmo muitas vezes sob semblante humanitário e benfeitor, expressam sempre contradições...Ao longo da história, a educação reedita seu perfil reprodutor/ inovador da sociabilidade humana”.

Nessa perspectiva, faremos uma imersão histórica com o intuito de compreender os sentidos dos IFs enquanto política educacional, seu contexto de criação, que só pode ser compreendido à luz do percurso histórico da EPT no Brasil. Feita a devida

contextualização, partiremos para a análises dos resultados parciais da pesquisa com os egressos do IFPR e, a partir desse perfil, problematizaremos os desafios, limites e possibilidades dos IFs no Brasil, visualizando ainda o momento adverso para educação pública, em especial para a educação profissional e tecnológica frente aos novos processos e transformações no mundo do trabalho e de reorganização e ofensiva neoliberal.

A criação de uma política pública educacional: a nova institucionalidade da EPT.

Os vários momentos da história da educação no Brasil não podem ser pensados fora dos projetos de país, bem como os ditames políticos e econômicos do nosso capitalismo dependente, à brasileira. Ramos (2014), usa o conceito de estado ampliado em Gramsci para referir-se a esse alinhamento. Ainda segundo a autora, a história da educação no Brasil e a respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional. (RAMOS, 2014, p. 14). Pontua ainda que, a relação entre educação básica e profissional no Brasil, está marcada historicamente pela dualidade, com uma formação geral e propedêutica para a elite, que forma seus dirigentes, ao passo que uma formação superficial e fragmentária é ofertada para os filhos dos trabalhadores, visando a empregabilidade rápida, desenvolvimento da economia e controle da questão social urbana. (RAMOS, 2014, p.24)

Em outros contextos históricos da sociedade brasileira essa característica de alinhamento da educação aos ditames do capital ficaram evidenciados. No terreno da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) que é institucionalizada em 1909, sob o então presidente Nilo Peçanha (AZEVEDO, SHIROMA et. al, 2012), (RAMOS, 2014), tal vínculo é notório. Um duplo objetivo norteava essa implementação, sendo o primeiro: servir a força de trabalho necessária ao processo de industrialização brasileiro no início do século XX, o segundo equacionar a “questão social”, as agitações urbanas e tendências subversivas do operariado que, recebendo as influências dos movimentos sindicais europeus, começavam a organizar-se.

No Brasil, portanto, durante todo o século XX, há a persistência de um modelo subserviente às demandas produtivas. A criação do ensino industrial através do “sistema S” (Sesi, Senai, Senac) impulsionado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI),

como sinalizam Shiroma *et. al.* (2007, p. 24): “era patente entre os empresários, a quimera liberal de fazer da fábrica uma escola, o *locus* ideal da formação dos valores para o industrialismo”. Anos mais tarde, na década de 1970, ainda nessa perspectiva de vertebramento da indústria sobre a educação nacional, o desenvolvimentismo do regime militar cria os CEFETs (Centro Federal de Educação Tecnológica), envoltos na perspectiva do capital humano, caracterizado pelo vínculo estreito entre educação, indústria e mercado de trabalho, embalados pela devoção que os militares nutriam ao tecnicismo, incluindo a formação técnica, inclusive, na educação básica e no antigo colegial.

Diante desse histórico e percurso secular da relação entre educação profissional e indústria, apenas no início dos anos 2000, há no horizonte o debate sobre um novo formato da educação profissional no país. O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva chama para si o que se classificou como “refundação” da rede profissional e tecnológica no país. Assim, no ano de 2008, no segundo governo do presidente Lula através da Lei 11.892/2008 são criados os IFs (Institutos Federais de Ciência e Tecnologia). Essa política é gestada como parte do processo da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (REFT), que integrou escolas técnicas, agrotécnicas da rede federal e a maioria dos CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica). Foram gerados nessa fusão 38 institutos federais, presente em todos os estados da federação, com o objetivo prioritário de interiorização da educação profissional e tecnológica de qualidade, chegando aos rincões do país, em regiões historicamente desassistidas por políticas educacionais expressivas.

A nova institucionalidade da educação profissional e tecnológica (EPT) é a grande ‘boa nova’ dos seus idealizadores. Presente nos documentos oficiais de criação e em muitos outros que embasam a concepção político-pedagógica da instituição, a institucionalidade, agora reconfigurada segundo esses gestores, reivindica uma educação profissional que rompa com o tecnicismo e viés mercantilista/utilitarista propalados ao longo da história da rede no Brasil, desde 1909. Busca-se a partir de então, como enuncia seu maior entusiasta e idealizador, Professor e ex-secretário da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC-MEC) Eliezer Pacheco, uma escola para os trabalhadores e seus filhos, que possibilite a emancipação, o exercício da cidadania, a transformação das realidades sociais do entorno onde esses *campi* estão alocados, em

suas palavras: “nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso.” (PACHECO, 2011, p.11).

Ao apresentar esse novo formato, Pacheco também resgata uma importante bandeira dos educadores brasileiros comprometidos com uma educação democrática e emancipatória, o conceito de politecnia. Essa concepção, que embasa a formação integral do ser humano, tendo como base o trabalho, mas operando-o em seu sentido ontológico, como um princípio educativo e pedagógico: “o restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para que esses objetivos sejam alcançados”. (PACHECO, 2011, p. 11). Segundo Saviani (1989), a noção de politecnia deriva da problemática do trabalho. O trabalho é tomado como ponto de referência para as demais ações humanas, como atividade vital para a manutenção da vida, apropriado enquanto princípio educativo. Ainda em Saviani (1989, p. 9), toda a organização escolar tem fundamento na questão do trabalho, a educação forma o homem, mas que o homem é esse? Esse homem é diferenciado dos demais animais pela característica do trabalho que desenvolve, os outros animais adaptam-se, o homem se constitui através do trabalho. Nessa ação transformadora, do homem para a natureza, as formas de produzir também vão se alterando ao longo da história, posto que as necessidades também se transmutam, o homem cria modos de produção atinentes a seu tempo, e vai substituindo conforme esses modelos se esgotam: modelo de produção escravo-antiguidade-asiático-feudal.

Retomando o formato da política educacional dos IFs, o amplo itinerário formativo é uma das marcas mais singulares dessa instituição. A verticalização do ensino, que consiste na oferta de educação básica ao ensino superior na mesma instituição, por sua vez, é um dos princípios basilares desse novo arranjo. Tal característica, por vezes, não fica muito clara por parte da população que confunde a instituição com universidade, ou quando não, associa a mera escola técnica. Por isso, um instituto! Dada a dimensão pluricurricular, multicampi e sua peculiar identidade institucional. Segundo a lei de criação, 50% das vagas são destinadas ao ensino técnico de nível médio, prioritariamente ao médio integrado, 30% para cursos voltados às engenharias e áreas tecnológicas e 20% dedicadas às licenciaturas e formação pedagógica.

Apesar de todo o entusiasmo dos idealizadores com a criação dessa política, que denomina-se como contraponto ao ideário neoliberal presente na educação até então, a mesma não livrou-se das críticas de muitos teóricos na área de educação, como Azevedo, Shiroma *et. al* (2012). Para muitos destes, a criação dessa política trata-se da reedição de políticas compensatórias, repaginadas com discurso humanizador e progressista. Há, porém, uma outra categoria de educadores/pesquisadores que vislumbram as possibilidades dessa política (FRIGOTTO, 2018), sem perder o viés crítico acerca das contradições e limites da mesma.

As críticas do primeiro grupo refletem, basicamente, as problematizações feitas por intelectuais, pesquisadores sobre o período do governo Lula, que avançou sobremaneira na criação de políticas sociais e distribuição de renda, contudo, sem romper com a lógica neoliberal já difundida nas décadas anteriores, especialmente no governo FHC. Segundo Oliveira (2009), o governo Lula foi marcado por permanências e algumas rupturas no âmbito da educação básica, com políticas esparsas e focalizadas no primeiro mandato, todavia com avanços importantes, a exemplo da criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), ampliando-o em relação ao FUNDEF, que era destinado apenas ao ensino fundamental. Singer (2012), grande teórico do *lulismo*, resume as ambivalências desse período em questão: “O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação” (SINGER, 2012, p. 7).

Envoltos nos paradoxos desse período que se materializam na política os IFs, alçamo-nos a empreitada de entender a proposta dos institutos federais a partir da perspectiva dos egressos do IFPR. Esse estudo de caso, como já exposto, visa compreender em que medida a missão institucional é verificada na inserção social e no itinerário dos estudantes egressos do ensino médio integrado dessa instituição.

Perfil dos estudantes egressos IFPR

Avaliar políticas públicas no Brasil é uma problemática conhecida no âmbito do Estado brasileiro por gestores públicos, acadêmicos, estudiosos, institutos de pesquisa e também para os órgãos de controle que fazem o monitoramento da eficácia da atuação

do Estado. As políticas públicas educacionais não fogem a essa dinâmica, ainda mais quando tratamos do que Frigotto (2018) classifica como a “maior política educacional de interiorização do Brasil”.

Muitos são os entraves que perfazem esse desafio na área da educação, tais como: a escassa coleta de dados, registros e controle, a cultura política no Brasil, sempre pautada na descontinuidade de programas a cada governo que assume o poder, entre outros. Todavia, encaramos os desafios da realização de uma pesquisa para vislumbrar a inserção social dos estudantes egressos do ensino médio integrado do Instituto Federal do Paraná, analisando em que medida os parâmetros propostos a partir de 2008 para a educação profissional e tecnológica no Brasil, com suas potencialidades, limites e contradições, se mostram na trajetória dos egressos do IFPR.

Metodologia

Para tanto, optamos pelos procedimentos da pesquisa quanti-qualitativa, também conhecido como enfoque misto (PRATES, 2012), que visa a apropriação de dados estatísticos, mas também visualiza a narrativa dos sujeitos da pesquisa, suas experiências, e as perspectivas que podemos pensar a partir dessas trajetórias.

Observando a necessidade do rigor para lidar com os dados estatísticos, almejando a análise de projeções fidedignas e com bases sólidas e científicas, nossa pesquisa conta com a assessoria estatística de uma profissional da área. Por conseguinte, toda a base estatística está sendo construída com o auxílio e expertise de Alexandra Waltrick Russi, bacharela em Estatística pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Métodos e Gestão de Avaliação pela Universidade Federal de Santa Catarina, inscrita no CONRE (Conselho Regional de Estatística) n. 10.501.

Referencial teórico

Oportuno também registrar que adotamos o materialismo histórico-dialético como referencial teórico da pesquisa, visto que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. As formas como os homens produzem suas existências determinam as demais relações sociais. É imperioso portanto, compreender o movimento do real, que é dialético, em constante transformação, aí a importância da historicidade e da ação do homem sobre o real, posto que nada é dado (NETTO, 2009,

p. 9). Compreender a sociedade burguesa é compreender esse movimento de totalidade que se manifesta em todas as relações sociais, especialmente nas dinâmicas entre trabalho e educação. Essa apreensão da totalidade é fundamental, tendo em vista que a realidade é síntese de múltiplas determinações, “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” (NETTO, 2009, p. 11).

Resultados parciais da pesquisa

Os resultados parciais da pesquisa revelam questões seminais a serem elucubradas nesse trecho. Importante registrar que os questionários foram enviados por e-mail, já que a excepcionalidade da pandemia de Covid-19 impediu o trabalho de campo e a entrevista pessoal, que eram até então, um desejo do pesquisador. Utilizamos o *Google Formulário* como base de questionários, ferramenta que tem trazido retornos satisfatórios na busca do itinerário dos estudantes egressos do IFPR.

Inicialmente essa pesquisa trabalharia com o recorte temporal de egressos concluintes entre os anos de 2014 a 2018, porém, constatamos que a própria instituição analisada, o IFPR, tinha uma base de dados fragmentada e esparsa em relação à esse universo populacional. Assim, tivemos o acesso à Plataforma Nilo Peçanha, ampla planilha de dados do governo federal, que agrupa dados múltiplos sobre as instituições federais de ensino. Ocorre que a plataforma iniciou o agrupamento desses dados apenas a partir de 2017. Diante desse cenário, auxiliado pela profissional que acompanha a pesquisa, decidimos num segundo momento eleger como recorte temporal os estudantes concluintes do ensino médio técnico integrado no ano de 2017, visto que, além da disposição da população geral de concluintes em todo o IFPR (663 em 2017), o que permite o cálculo da amostra representativa, pesquisar os anos de 2014 a 2018, como previa a proposta inicial, despenderia a criação de múltiplas categorias de análise, além de uma amostra populacional muito ampla, interessantes para uma equipe de trabalho que não tivesse um prazo a cumprir, o que não é nosso caso, com as limitações de pessoal, sendo o autor dessa tese o único pesquisador envolvido.

Contudo, não contávamos com a hecatombe social que atravessaria não apenas a pesquisa, mas a todo o conjunto da humanidade: a pandemia da SARS COV-S, o novo Coronavírus, anunciada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em março de 2020, justo no início do (que seria o) trabalho de campo. Diante do evento de magnitude

incontrolável e absolutamente imprevisível da pandemia, que atravessou esse percurso, interditando por um tempo razoável os desdobramentos da pesquisa, optamos por um caminho mais simplificado: a adoção da amostragem por conveniência, não probabilística. Essa ferramenta é aceita na estatística para apontar tendências, projeções, contudo há que se registrar que a mesma tem suas limitações quando extrapolamos para o universo total, qual seja: os egressos do IFPR. Outrossim, tal amostra é uma ferramenta legítima e que aponta tendências importantes que podem ser pensadas como projeções fidedignas, sobretudo quando justificadas pelo momento de excepcionalidade em que vivemos.

No total, até o presente momento, recebemos a devolutiva de 74 respostas de oito *campi* do IFPR, sendo eles: Astorga, Assis Chateaubriand, Goioerê, Londrina, Telêmaco Borba, Paranavaí, Umuarama e Quedas do Iguaçu, ao todo são 26 campi espalhados no estado do Paraná. Pretende-se até o final da pesquisa alcançar o número de 150 estudantes e, se possível, ter aplicação dos questionários em todos os 26 campi do IFPR.

Desse universo de respostas 51, 5% são do sexo masculino, enquanto 48, 5% do sexo feminino. Os estudantes finalizaram seus cursos entre os anos de 2012 a 2019, tendo atualmente entre 18 a 29 anos. Desse universo 92% declaram-se solteiros, 4% noivos e apenas 2% casados, 100% do total não possui filhos. Declaram-se brancos 60,3%; pardos 26,5% e pretos 13,2%. Quanto à religião, 52,9% afirmam ser católicos; 20,6% não possuem religião; 8,8% evangélicos; 8,8% ateus, 4,4% espíritas; 2,9% outros e 1,5% evangélicos não praticantes. Ainda sobre aspectos socioeconômicos, 97,1% declaram não ter dependentes e 2,9% possuem, no caso pais que dependem financeiramente da ajuda dos filhos. 48,5% declaram habitar em casa própria, enquanto 42,6% em casa alugada, 7,4% em casa emprestada e 1,5% em casa coletiva/pública.

Observa-se através dos dados iniciais coletados, o perfil de inclusão do público atendido pelos institutos desses campi. Premissa essa que é basilar e cara à criação dos IFs, que, segundo Pacheco (2011), essa política educacional faz vistas à inclusão e emancipação dos sujeitos. Prova dessa focalização é que, entre os alunos analisados nessa pesquisa, é 57 dos 74 (67%) que responderam o questionaram receberam bolsas e auxílios estudantis, como vale transporte, alimentação, monitoria, bolsa atleta, bolsa de iniciação à pesquisa, programas de assistência estudantil que tem como objetivo a

manutenção e êxito dos estudantes, além de conter a evasão estimulá-los à iniciação à pesquisa, esporte, práticas de ensino etc. Outro fator que indica esse perfil de inclusão do universo dos alunos pesquisados é a escolaridade dos pais, evidenciados pelos seguintes números: entre os pais dos estudantes apenas 8,8% possuem ensino superior, 32% ensino médio completo, 25% fundamental incompleto e 4,4% ensino fundamental incompleto. Tais dados contrapostos com a inserção no ensino superior desses estudantes, 82%, estão cursando graduação, sendo ainda que se soma a esse número 13% já concluíram, deflagram que tiveram um aumento expressivo da escolaridade comparado à trajetória de seus pais. Sendo ainda que a maioria, 64% creditam a passagem pela instituição como responsável pelo êxito no acesso ao ensino superior. Importante registrar ainda que 80% desse universo pesquisado tiveram sua trajetória escolar anterior ao ingresso no IFPR na escola pública, ou seja, a maioria cursou a educação básica em escolas públicas, contra 8% que se intercalaram entre a rede pública e privada e apenas 7% que tiveram sua trajetória pregressa em sua totalidade na rede particular.

Destes, 64% estão exercendo atividade profissional atualmente, muitos intercalando-o com o ensino superior ou pós-graduação. A maioria absoluta, 75% atua em atividade profissional diferente da formação técnica de nível médio cursada, contra 25% dos que atuam diretamente em área consonante ao curso realizado na instituição. Tal número revela um cenário que acende amplo debate, já observado empiricamente em vários institutos federais: os IFs (provavelmente), mesmo com uma formação técnica de nível médio de excelência, preparam majoritariamente estudantes para o ensino superior, entregando uma quantia mínima de estudantes às áreas técnicas. Essa constatação é complexa, visto que não atende um dos objetivos fundamentais disposto na Lei de criação (N. 11.892/2008), Seção II, Art. 6.I, que objetiva: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico”. (BRASIL, 2008). Haveria, desse modo, um “desvio” do objetivo primordial da lei de criação e da missão institucional propalada? Haveria, eventualmente, um prejuízo do estado, que empreende um investimento em laboratórios e estruturas nas áreas como mecânica, automação industrial, informática, contratação de pessoal? Por outro lado, como controlar essa

trajetória egressa? Indo além: como afirmar a premissa supracitada sem ferir o direito à educação, ao acesso ao ensino superior que é um sonho para as classes populares, como relegar esse direito aos filhos da classe trabalhadora que historicamente estiveram excluídos da grande “funil” seletivo que é o vestibular e o acesso ao ensino superior, marcado no Brasil pela lógica dual. Esse debate é premente, e certamente não será esgotado nesse artigo, devendo, a partir de pesquisas como essa que mapeiam a trajetória dos egressos, suscitar um profundo debate sobre a identidade, difusa e multifacetada, dos Institutos Federais.

Esse paradoxo, qual seja: o da interface entre ensino médio integrado-inserção no mundo do trabalho, inverte-se quando a correlação é feita com a inserção acadêmica, já que a maioria dos questionários revelam que, mesmo a escolha do curso superior não tendo relação direta com o curso médio técnico realizado, a mesma encontra identificação direta com alguma disciplina cursada no percurso do ensino médio integrado, que é composto pela formação integral e propedêutica, integrando várias áreas do conhecimento produzidas historicamente pela humanidade. Segundo Ciavatta (2014), ao abordar teorizações sobre a perspectiva pedagógica e política acerca do ensino médio integrado, observa que há um intenso debate sobre essas categorias, ensino médio integrado, politécnica, ensino médio unitário e sua interface com a educação tecnológica, entre vários autores destacam-se Marx, Manacorda, Saviani etc. Todos postulam o termo como uma fusão entre educação e trabalho para superação da divisão social do trabalho atual. O próprio conceito de politécnica que, etimologicamente, significa em uma definição simplista “muitas técnicas”, uma formação humana sob vários aspectos, o que rendeu muitos nomes de instituições politécnicas no Brasil, que adotaram esse sentido. Mas, aprofundando para o sentido político, remete à formação de trabalhadores numa perspectiva omnilateral e crítica para formar dirigentes da classe trabalhadora, no sentido gramsciano do termo. Subvertendo a divisão social do trabalho no sistema atual, com vistas a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual. Um debate proeminente que é realizado nas discussões entre trabalho e educação no Brasil. Sobre o conceito de omnilateralidade, é importante esclarecer que:

Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos conforme queriam os utopistas do Renascimento, Comenius, com seu grande sonho de regeneração social e,

Portanto, politecnia e omnilateralidade mais que conceitos e categorias, são formas de superação da dualidade histórica entre um processo educativo intelectual e manual.

Feita a necessária digressão teórica, retomamos a amostragem dos dados evidenciados no presente relato de pesquisa. A maioria absoluta dos questionários mostram a satisfação com a passagem pela instituição. 88, 2% afirmam que o IFPR contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento humano, pessoal e cultural. Algumas declarações ilustram essas percepções presente no discurso dos egressos:

Além da qualidade de ensino incomparável, o IFPR me permitiu conhecer pessoas de diversas localidades, contribuiu para a construção de um pensamento crítico, participação em diferentes tipos de projetos, pesquisas e atividades que não existem em outros colégios públicos e privados. (Aluno/a 1)

O estímulo intelectual recebido no instituto difere de todo o modelo estadual e municipal, de forma que obter um bom desempenho depende muito da administração dos esforços em que os alunos são submetidos a fazer. Na minha época estudávamos o dia todo, 6 aulas pela manhã e 4 à tarde e enquanto não estávamos em aula, percorríamos os corredores e biblioteca em busca de dados frescos para comentarmos em nossas mesas de discussão. Os professores todos bem instruídos e letrados nas mais diversas literaturas, adoravam compartilhar os aprendizados de vida além da sala, geralmente calcados em grandes nomes da ciência para compartilharem o vislumbre da experiência na terra. As visitas técnicas e inserção no mundo interdisciplinar que vivemos também acontecia de forma constante, com todos os trabalhos e projetos de extensão que fizemos no período. De forma geral, estudar no instituto federal me estimulou a buscar o entendimento no que diz respeito à minha função enquanto ser vivo. Me brilhavam os olhos o fervor da equipe docente ao introduzir novos conceitos enquanto os pupilos se empolgavam com novas perspectivas. E isso persistiu em mim, mesmo depois de experiências acadêmicas mais limitadas. (Aluno/a 2).

Mudei completamente após ingressar na instituição E amadureci muito e criei mais independência. (Aluno/a 3).

Me permitiu conhecer novas possibilidades e conceitos que eram alheios para mim, me permitindo também aprender a pesquisar, a me expressar melhor em público e também me apresentando elementos culturais que não tinha acesso. (Aluno/a 4).

Todo o ensino, esforço, empatia, preocupação, ajuda e ensinamentos dos professores me ajudou a evoluir tanto pessoalmente, culturalmente e profissionalmente. Todos são incrivelmente inteligentes e tem uma forte conexão com os estudantes, ensinando não só matérias do ensino médio, mas também a evoluir sozinhos. (Aluno/a 5).

Optamos por não identificar os(as) estudantes, nem o campus de origem, já que o sigilo em relação à avaliação da política fora um compromisso firmado, inclusive registrado nos protocolos de intenção de pesquisa firmados e aprovados pela Plataforma Brasil, o comitê de ética do Ministério da Saúde que sanciona os princípios éticos da pesquisa com seres humanos no Brasil.

Apesar dos discursos entusiastas que apresentamos acima, houve, embora em menor número, grupo de estudantes que teceram críticas a alguns aspectos da instituição, entre os itens mais listados foram: o desgaste acarretado pela intensa carga horária, já que além das aulas convencionais, os estudantes são envolvidos em projetos de pesquisa, extensão no contraturno. A localização dos campi e a questão de transporte também foi um dos itens mais mencionados, boa parte das unidades do IFPR são alocadas em terrenos geralmente afastados da região central, já que tratam-se de espaços doados pelas prefeituras para efetivação das unidades, é comum antigos centros de evento, parque de exposições, clubes e associações desativadas darem lugar aos institutos federais, o que gera (em alguns casos) algumas dificuldades de mobilidade para o público das classes populares. Conflitos entre direção e reitoria, atraso na entrega da quadra de esportes, falta de incentivo e atratividade para a área técnica, pressão psicológica pela sobrecarga de atividades, trabalhos, excesso de disciplinas, pouca oferta de bolsas e auxílios estudantis também figuraram entre as queixas dos estudantes egressos. Esses apontamentos são tão ou mais importantes que os acertos, uma vez que uma política recente como a dos IFs precisa se pensar repensar frequentemente, fazendo meta-avalições de forma contínua, dada a sua identidade institucional, complexa e ainda em construção.

Entretanto, mesmo com a existência de limites, contradições e elementos que podem também figurar como críticas, 80% dos estudantes recomendariam o IFPR a alguém “com certeza”, e 20% apenas “recomendariam”, nenhum dos questionados “não recomendaria” a instituição, conforme opção disposta no questionário.

Considerações finais

Por fim, a pesquisa, mesmo que ainda com resultados parciais, indica algumas tendências e um diagnóstico que vai se desenhando na apuração dos dados e narrativas estudantis: o IFPR, ao menos nos campi analisados, atende a várias premissas da missão institucional propalada pela lei de criação. É uma política educacional com grande potencial de transformação social que impacta milhares de jovens no Brasil. Não podemos desconsiderar, porém, os dilemas internos à instituição, muitas ambivalências, contradições, entraves e desafios permeiam o desenvolvimento desse projeto. A verticalização, que consiste na possibilidade de um itinerário formativo ascendente (da educação básica, ao curso técnico subsequente e/ou superior, pós-graduação dentro de uma mesma unidade), é um exemplo basilar de uma realidade ainda distante na maioria dos institutos. A identidade institucional complexa e multifacetada também é um desafio a ser depurado, já que a refundação da rede federal se classifica como um projeto “inédito viável” (PACHECO, 2011). Esse caráter híbrido traz possibilidades, mas também confunde, inclusive muitos de seus profissionais, uma vez que os IFs são escolas técnicas, mas também dispõem de cursos superiores, pós-graduação, formação continuada, de jovens e adultos, uma ampla gama formativa, que, como efeito colateral, acaba congregando um perfil docente heterogêneo, com interesses diversos que se revelam nas disputas administrativas, pedagógicas, políticas no interior da instituição. A escola, como sabemos, não pode ser pensada fora das disputas imanentes da vida social, os IFs são uma instituição de “encontro” de diversos profissionais e tendências acadêmicas, políticas-ideológicas, pedagógicas distintas, o acirramento das disputas pela condução dessa política são notórias no interior dos campi.

Parte dessa disputa institucional também justifica-se pelo curto tempo de existência dos IFs enquanto política educacional, tendo surgido no ano de 2008, ou seja, temos 12 anos de um projeto dessa magnitude, de capilarização nacional, o que certamente comportará seus contrastes, especificidades regionais e disputa por agendas pedagógicas, políticas e administrativas específicas. O passar do tempo, o desvelar histórico e a atuação dos atores e projetos em disputa, revelará se é possível uma unidade organizacional coesa em todo território nacional, como preconiza a lei de criação. A análise do movimento dialético do real, envolto de todas as suas contradições intrínsecas, indica que não. A ver.

Não menos importante, a expansão dos campi (processo que foi interrompido) é fundamental. Importante observar que os IFs estão presentes em apenas 10% do território brasileiro. É uma ilha de excelência, mas distante de ser democratizado, universalizado e ampliado aos filhos dos trabalhadores que, historicamente, não tiveram acesso à educação de qualidade, uma dívida do Estado brasileiro. Um projeto?!

Quanto aos desafios externos ao projeto dos IFs, esses também possuem grande relevância, visto que essa política foi pensada em um contexto político específico no Brasil, um passado recente de avanços sociais, um contexto germinal de políticas sociais e de distribuição de renda foi substituído por uma plataforma política que congrega um avanço ainda mais agressivo de uma agenda neoliberal, combinada com um nacionalismo chauvinista, pessimismo com a democracia, enlevo das aventuras autoritárias, negacionismo científico, somados ao cipoal de ataques e desmontes à educação pública e ao Estado de Bem-Estar Social. No terreno da EPT, a mais nova diretriz para educação profissional no Brasil, Res. CNE 01/21 (BRASIL, 2021), o Programa Novos Caminhos, acompanhados ainda da incerta, mas presente Reforma do Ensino Médio, consubstanciam esse processo que Frigotto (2021) classifica como “senaização” da educação profissional e tecnológica, que consiste na ampliação da carga horária tecnicista, embalados por uma concepção mercadológica que encurta e ofusca uma formação integral que articule ciência, cultura e trabalho. As ciências humanas, nesse processo, tem um encolhimento notável e estratégico para os projetos de país ora propostos.

Em âmbito global, a eclosão da pandemia acelera muitos processos e transformações que já vinham sendo aventados no mundo do trabalho, tais como a uberização do trabalho (ANTUNES, 2018), trabalho remoto, home office, flexibilização, terceirização, trabalho intermitente e corrosão dos direitos trabalhistas. “A uberização é o processo pela qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, obliterando relações de assalariamento e exploração” (ANTUNES, 2021, p. 11). A emergência de um novo proletário de serviços digitais, “empreendedores de si”, desprotegidos, cada vez mais de legislação trabalhista específica. Ainda reportando-nos a Antunes (2018), a chamada quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, difunde de maneira acelerada os processos de automação, robótica, inteligência artificial que substituem cada vez mais a força de trabalho dos

operários. O desemprego estrutural e um exército de reserva se conglomeram nesse nebuloso início do século XXI, agudizados pelo aprofundamento da pobreza e do abismo social trazidos pela pandemia, que penaliza especialmente os mais vulneráveis, os trabalhadores, as mulheres etc.

Por outro lado, como a história é dinâmica e dialética, no seio da própria uberização do trabalho surgem movimentos contra-hegemônicos como o de entregadores antifascistas. A classe trabalhadora mostra seu dinamismo evidenciando que a luta de classes tem avanços e recuos, mas que não se esgota, como próprio motor da nossa história em movimento, eternizando Marx. Ainda na perspectiva global, os arroubos nacionalistas e autoritários parecem perder força, sendo a derrota eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos, a maior expressão desse arrefecimento, que tem influências nos quatro cantos do globo. Resta-nos a esperança no melhor sentido da perspectiva freireana; a de esperar, buscar, lutar afetivamente por um horizonte claro: um projeto dirigente para os dos trabalhadores, que só é possível com a ação educacional verdadeiramente emancipatória, para além do capital, nosso compromisso histórico. Ainda que em tempos duros, haveremos de esperar, pois o mar da história é agitado.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. O privilégio da servidão, o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo, Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0/ Arnaldo Mazzei Nogueira (et al.); organização Ricardo Antunes; tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales)- 1.ed.-São Paulo: Boitempo, 2020.

AZEVEDO, Luiz Alberto.; SHIROMA, Oto.; COAN, Marival. As políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 27 Jan 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece alteração de itens lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 28 Jan 2021.

BRASIL, Resolução 01/2021. CNE/CP. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 28 Jan 2021.

ClAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018a, p.7-14.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Alteração nas Diretrizes Curriculares para a EPT- O que isso nos afeta? Live SindiCefet-Mg, 2021. You Tube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MViXebfTPMI>>. Acesso em: 4 de Fev de 2021.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. RBPAAE, Porto Alegre, v. 25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009a.

NETTO, João Paulo. Introdução ao método na teoria social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cefess/Abepss, p. 667-700, 2009.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social; uma relação necessária. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 1, p. 116-128, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: 17 de Jul de 2020.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politecnicidade. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 144p. ISBN: 85-7490-284-5.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.